

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.498 - BA (2019/0348404-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR - BA
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : ROGERIO LUCIANO DANTAS PINA
INTERES. : DIEGO JANUARIO FIGUEREDO DA SILVA
INTERES. : ABERALDO RODRIGUES FIGUEREDO
INTERES. : FERNANDO DE ARGOLLO NOBRE FILHO
INTERES. : EVERALDO LOPES DE SANTANA

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência estabelecido entre o JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA e o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR – BA.

Consta dos autos que o Ministério Público do Estado da Bahia ofereceu denúncia em que imputou a prática de diversos crimes contra a administração pública, consubstanciados no desvio de recursos públicos destinados à promoção da saúde no Município de Feira de Santana/BA.

O Juízo estadual declarou-se incompetente, por entender que os valores desviados foram repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que atrai a competência da Justiça Federal.

O Juízo federal, por sua vez, declarou-se igualmente incompetente ao argumento de que *"a investigação visa desarticular organização criminosa que atuava no município de Feira de Santana, por meio de cooperativa de intermediação de mão de obra, firmando contratos de prestação de serviço com a administração direta municipal, sendo que alguns destes contratos foram custeados com verbas do Fundo Municipal de Saúde que recebe recursos da União, mas outra parte recebeu verba do próprio*

Superior Tribunal de Justiça

Município de Feira de Santana por meio da Fundação Hospitalar de Feira de Santana"
(e-STJ fl. 10).

O Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo suscitante, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 94):

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. No caso em exame não restou configurada qualquer das hipóteses autorizadoras da competência da justiça federal. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Cuida-se de incidente instaurado entre juízes vinculados a Tribunais diversos, razão pela qual, nos termos do art. 105, I, *d*, da Constituição Federal, conheço do conflito.

Cinge-se a controvérsia a definir a competência para processar e julgar delitos contra a administração pública, entre eles o de malversação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal decidiu que compete à Justiça Federal o processamento e julgamento de ações que tratem de supostos desvios de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS), visto que tais recursos estão sujeitos à fiscalização federal, como no presente caso. A propósito, cita-se:

COMPETÊNCIA – MEDICAMENTOS – MATERIAIS HOSPITALARES – DESVIO – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – JUSTIÇA FEDERAL. Compete à Justiça Federal apreciar processo-crime versando o desvio de recursos oriundos do Sistema Único de Saúde, considerada a atribuição dos órgãos de controle federais fiscalizarem a respectiva aplicação. Precedente: recurso extraordinário nº 196.982/PR, relator o ministro Néri da Silveira, acórdão publicado no Diário da Justiça de 27 de junho de 1997. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Descabe a fixação de honorários recursais, previstos no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, quando se tratar de extraordinário formalizado em processo cujo rito os exclua (RE 986.386/PE, relator Ministro Marco Aurélio, DJe 1º/2/2018).

Na mesma linha esta Corte já afirmou que, "*em se tratando do verbas*

oriundas da União e destinadas ao Sistema Único da Saúde, tais recursos ficam sujeitos à fiscalização federal, fixando, assim, a competência da Justiça Federal, nos termos da Súmula 208 do Superior Tribunal de Justiça" (HC n. 198.375/BA, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe de 10/2/2017).

Nesse mesmo sentido, os seguintes precedentes:

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ALEGADA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESVIO DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS. JUSTA CAUSA PARA PERSECUÇÃO PENAL. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que na hipótese das verbas repassadas pela União sujeitas ao controle do Tribunal de Contas da União, a competência para apuração de eventual crime é da Justiça Federal (Súmula 208/STJ).

2. Hipótese em que o bem a reclamar a tutela jurisdicional é do interesse da União, dado o desvio de verbas públicas repassadas do Sistema Único de Saúde, de forma parcelada, ao ente municipal e depositadas em conta específica, com destinação vinculada a diversos programas.

3. No caso em exame, evidenciada, neste momento processual, lesão a bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas deve a ação penal ser processada e julgada na Justiça Federal.

4. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se infere na hipótese dos autos.

5. Definida pela instâncias ordinária a natureza de verba pública federal, a discussão quanto à origem do montante desviado demandaria revolvimento fático-probatório, o que não se admite na via estreita do writ.

6. Recurso em habeas corpus não provido.

(RHC 52.205/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CRIMES CONTRA VERBAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS REPASSADAS A MUNICÍPIOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA N. 208 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

RECURSO DESPROVIDO.

- A transferência de recursos entre o SUS e os municípios tem disciplina própria de Direito Público na Lei n. 8.080/90, não caracterizando, portanto, contrato mútuo, como pretende o recorrente, afastando a aplicação do art. 587 do Código Civil - Permanecendo as verbas sob a fiscalização do Ministério da Saúde, art. 33, § 4º da Lei n. 8.080/90, a teor do art. 109, da Constituição Federal, a competência é da Justiça Federal para processar e julgar o crime de associação criminosa para a prática de crimes contra o patrimônio público e de licitação.

- O fato de a verba ser administrada por Estado membro ou Município não é capaz de retirar da Justiça Federal a competência para o julgamento dos crimes praticados em detrimento de recursos do Sistema Único de Saúde. Precedentes.

Recurso Ordinário em Habeas Corpus desprovido.

(RHC 56.162/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (Desembargador convocado do TJSP), SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 29/03/2016)

PENAL. AGRAVOS REGIMENTAIS EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PENAL. CRIME DE LAVAGEM E OCULTAÇÃO DE BENS E VALORES. CONTRATO FIRMADO ENTRE PESSOA JURÍDICA E ÓRGÃO ESTADUAL. RECURSOS, EM PARTE, PROVENIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). INCORPORAÇÃO DA VERBA AO PATRIMÔNIO ESTADUAL. IRRELEVÂNCIA. REPASSE SUJEITO AO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. INTERESSE DA UNIÃO. PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Por estarem sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo federal, bem como do Tribunal de Contas da União, as verbas repassadas pelo Sistema Único de Saúde - inclusive na modalidade de transferência "fundo a fundo" - ostentam interesse da União em sua aplicação e destinação. Eventual desvio atrai a competência da Justiça Federal para conhecer da matéria, nos termos do art. 109, IV, da Constituição Federal.

2. Agravos regimentais improvidos.

(AgRg no CC 129.386/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe 19/12/2013)

Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo suscitante.**

Publique-se. Comunique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator